

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES ENVOLVENDO O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015, RELACIONADAS À CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS SUSPEITOS E PREJUDICIAIS AO INTERESSE PÚBLICO.

**REQUERIMENTO Nº _____, de 2015
(Do Sr. Augusto Coutinho)**

Requer que o Tribunal de Contas da União encaminhe a esta Comissão Parlamentar de Inquérito todos os documentos sobre auditorias realizadas, ou em andamento, referentes ao financiamento do BNDES para a construção de linhas de metrô em Caracas, na Venezuela.

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal; no art. 2º, da Lei nº 1579, de 1952; e no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado, a fim de subsidiar os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

JUSTIFICAÇÃO

O empréstimo concedido pelo BNDES ao governo venezuelano para financiar a construção de linhas do metrô de Caracas, na Venezuela, está sob a mira do Tribunal de Contas da União (TCU).

A empresa Odebrecht foi a responsável pelas obras.

Colacionamos, a seguir, matéria retirada do sítio de *Época* que ilustra toda essa situação do empréstimo do BNDES ao governo venezuelano:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES ENVOLVENDO O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015, RELACIONADAS À CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS SUSPEITOS E PREJUDICIAIS AO INTERESSE PÚBLICO.

Relatório do TCU aponta irregularidades em obras da Odebrecht na Venezuela

Documento lança suspeitas sobre projeto financiado pelo BNDES em Caracas.



Linha de metrô em Caracas. Tudo começou com uma conversa entre Lula e Hugo Chávez (Foto: Juan Barreto/AFP)

Foi no fio do bigode, com a informalidade que marcou alguns negócios do Brasil com a **Venezuela de Hugo Chávez**. Em 26 de maio de 2009, o presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** chegou ao subsolo do hotel Pestana, na orla de Salvador, para encontrar o líder venezuelano. Conversa vai, conversa vem, os companheiros acertaram que o **BNDES** desembolsaria **US\$ 747 milhões** para financiar a construção de linhas do **metrô de Caracas**, na Venezuela. Combinou-se que a obra seria tocada pela construtora baiana **Odebrecht**. Seis anos depois (e dois anos após a morte de Chávez), surgem indícios de **irregularidades na operação**, escondidas na quase impenetrável opacidade dos financiamentos do BNDES no exterior. Documentos reservados do **Tribunal de Contas da União**, obtidos por

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES ENVOLVENDO O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015, RELACIONADAS À CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS SUSPEITOS E PREJUDICIAIS AO INTERESSE PÚBLICO.

ÉPOCA, revelam que a construtora e o governo venezuelano receberam do banco **mais dinheiro do que precisavam** para executar as obras, **sem apresentar as garantias** necessárias para cobrir o risco do calote.

A operação de crédito orquestrada por Lula e Chávez levanta duas suspeitas principais. A primeira tem a ver com a aprovação do empréstimo do BNDES. Para liberar os US\$ 747 milhões, o banco ignorou suas regras e abriu exceções camaradas: dispensou a exigência de garantias por parte da Odebrecht e assumiu o risco de calote **acima dos limites estabelecidos em sua própria resolução**. O segundo indício de irregularidade detectado pelo TCU se relaciona à “**incompatibilidade entre os avanços físicos e financeiros do projeto**”. Em outras palavras, o BNDES mandou dinheiro para as obras da Odebrecht mesmo quando elas não avançavam conforme o combinado. Assim, produziram-se saldos em dólares no exterior, embolsados pelo governo venezuelano e repassados à empreiteira para executar obras. Segundo cálculos do TCU, cerca de **US\$ 201 milhões foram “antecipados sem justificativa** na regular evolução da obra” da linha Los Teques, o mais caro dos projetos. Entre janeiro e abril de 2010, a Odebrecht só havia gastado 8,15% do valor total do empreendimento. Mesmo assim, recebeu centenas de milhões de dólares do cofre do BNDES, via governo da Venezuela.

A **força-tarefa da Lava Jato** já obteve fortes evidências de que a Odebrecht pagava propina a políticos e burocratas brasileiros por meio de empresas do grupo sediadas no exterior – o que inclui a Venezuela. A dinheirama para as obras no metrô está sob investigação. O operador de parte desses pagamentos da Odebrecht chama-se **Alexandrino Alencar**, um lobista. O nome dele foi apontado na última semana como um dos responsáveis por autorizar os depósitos dos pagamentos das propinas no esquema de corrupção perpetrado na Petrobras, segundo depoimento do doleiro **Alberto Youssef**. Na versão do doleiro, os recursos ilícitos saíram da conta bancária da **Construtora Internacional Del Sur, sediada no Panamá**. O delator **Pedro Barusco**, ex-gerente da Petrobras, contou a mesma versão. Confessou ter recebido propina da Odebrecht por meio dessa empresa. E apresentou os comprovantes bancários.

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR SUPOSTAS IRREGULARIDADES ENVOLVENDO O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES), OCORRIDAS ENTRE OS ANOS DE 2003 E 2015, RELACIONADAS À CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS SUSPEITOS E PREJUDICIAIS AO INTERESSE PÚBLICO.

No caso das obras do metrô na Venezuela, chamou a atenção dos auditores do TCU o prazo acordado para o uso dos recursos: apenas 28 meses, abaixo do usual. Os técnicos tentaram descobrir a razão disso, mas foram impedidos pelo BNDES de ter acesso a detalhes do contrato. O empréstimo concedido para a construção do metrô de Caracas e Los Teques é uma fração do cofre secreto do banco – que, na última década, abasteceu generosamente as contas das construtoras brasileiras no exterior. O relatório dos auditores ainda não foi levado ao plenário do TCU. O banco é credor da Venezuela em US\$ 1 bilhão – valor a ser pago ao longo dos próximos dez anos.

Em junho de 2011, os companheiros Lula e Chávez se encontraram de novo, desta vez na Venezuela. Chávez ainda era presidente. Lula, consultor da Odebrecht, que pagou as despesas da viagem. Oficialmente, o ex-presidente brasileiro viajou para o país vizinho para ministrar palestras a executivos em Caracas. A viagem, porém, tinha também outra agenda: cobrar o pagamento de parte dos empréstimos concedidos pelo BNDES ao governo venezuelano e tratar da expansão das obras da empreiteira no país. Lula viajou ao lado do lobista Alexandrino Alencar. Naquele mesmo ano, Alexandrino fez companhia ao ex-presidente numa comitiva oficial do Brasil enviada à Guiné Equatorial, onde a Odebrecht também desenvolve projetos.

Dessa forma, o acesso aos documentos das auditorias do TCU referentes a contratos firmados pelo BNDES e a Venezuela é de fundamental importância para os trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Diante do exposto, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, em 11 de agosto de 2015.

Dep. Augusto Coutinho
Solidariedade/PE